

**ATA DA CENTÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados, a quem nos assiste pela TV e Assembleia e pelas nossas redes sociais. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *“Ata da Nonagésima Nona Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo- secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Vinte da Nonagésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 114 e 124/2025, da Fundação Nacional de Saúde; Ofício nº 4.898/2025, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande; Ofício nº 486/2025, da Prefeitura Municipal de Bodoquena; Ofício nº 190/2025, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul; E-mail da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedrossian Neto, Pedro Kemp e Coronel David. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Junior Mochi, Renato Câmara, Zé Teixeira e Gerson Claro. **GRANDE EXPEDIENTE** – Foi suprimido o Grande Expediente. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 3/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto; Projeto de Decreto Legislativo nº 5/2025, de autoria da deputada Gleice Jane; Projeto de Lei nº 214/2025, de autoria dos deputados Lucas de Lima e Paulo Duarte. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 18/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto; Projeto de Lei nº 261/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada ao senhor Gabriel Brait e ao senhor Fabiano Rodrigues; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao senhor Marcos Coelho Cardoso, em reconhecimento ao seu notável trabalho dedicado à educação, à literatura e à evangelização ao longo de sua trajetória; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à senhora Flávia*

*Roberta Lopes Pimenta Fedato, por conquistar o terceiro lugar na categoria romance do 'Prêmio Tuiuiú de Literatura Sul-Mato-Grossense', com a obra 'Estranheza'. O evento foi realizado no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, entre os dias 4 e 12 de outubro de 2025, em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao 8º Batalhão de Polícia Militar de Nova Andradina/MS, representado pelo tenente-coronel Paulo Renato, pelos quarenta e seis anos de atuação da corporação no Vale do Ivinhema, durante solenidade de aniversário realizada no centro de convenções do município, no dia 16 de outubro de 2025; requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a realização de Sessão Solene de entrega da 'Medalha e do Diploma de Honra ao Mérito Legislativo Albino Coimbra' - Resolução nº 041/2025; requerimento, de autoria do deputado Gerson Claro, solicitando o uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 28 de outubro de 2025, pela senhora Evellyn Abelha, presidente do Sisalms, para apresentar a nova diretoria do e homenagear todos os servidores públicos do Poder Legislativo, em razão do Dia do Servidor Público, comemorado no dia 28 de outubro; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Pedro Kemp, Renato Câmara, Lia Nogueira, Caravina, Lidio Lopes, Zé Teixeira, Roberto Hashioka e Coronel David. **USO DA TRIBUNA** - O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna, para o pronunciamento da senhora Deumeires Batista S. R. de Moraes, presidenta da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems). **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e três de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 28 de outubro de 2025: Ofício nº 81840/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 03647/2025); Ofício nº 529/2025, do Conselho Nacional de Justiça, convidando para solenidade de abertura e encerramento da inspeção das unidades administrativas e judiciais do TJMS; Ofício nº 396/2025, da Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 3682/2025); Ofícios nºs 2.124, 2.135, 2.145 e 2168/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo indicações e requerimentos dos deputados Zeca do PT, Lia Nogueira e Gleice Jane (Prot. nºs 3659, 3480, 3933, 3868/2025); Ofícios nºs 46462 e 46465/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Renato Câmara e Gleice Jane (Prot. nº 3796, 3915/2025); Ofício nº 36961/2025, da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 3632/2025); Ofício nº 01/2025, de Carlos Adalberto Pereira Porto, respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 3965/2025); Ofício nº 385/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande,

respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3747/2025); Ofício nº 562/2025, da Prefeitura Municipal de Bodoquena, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); Ofício nº 1.302/2025, da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3775/2025); Ofício nº 154/2025, da Guarda Municipal de Dourados, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3917/2025); Cartas nºs 1.113 e 2.248/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zé Teixeira e Jamilson Name. Senhor presidente, está lido o expediente (Prot. nº 3776, 3304/2025).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar, antes de iniciar o Pequeno Expediente, que hoje, Dia do Servidor Público, nós aprovamos, deputada Gleice Jane, a fala da presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia (Sisalms), e no sábado nós fizemos uma comemoração com a corrida que certamente vai ficar marcada na história, não de Campo Grande, mas de Mato Grosso do Sul, uma confraternização que contou com mais de cinco mil pessoas aqui no Parque dos Poderes, na rampa da Assembleia Legislativa. Eu quero parabenizar especialmente três pessoas da organização, obviamente a minha esposa Kátia, a Kassilene, que é coordenadora da corrida, e a primeira-dama Mônica Riedel, que é quem faz as reuniões e visita as instituições. Parabenizar também os servidores públicos, as pessoas que cuidam da segurança, da infraestrutura, enfim, todos que participaram. Era para ser a Corrida dos Poderes, mas passou a ser a corrida da sociedade sul-mato-grossense. Então, hoje, queremos comemorar, com muita alegria, o Dia do Servidor Público. (Apresentação de vídeo institucional).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Senhor presidente, eu quero cumprimentar o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, pelos trabalhos publicados nos periódicos e nos jornais, matérias de qualidade, pesquisas, acervos, tudo isso com orientação de um grande jornalista aqui do estado, o João Carlos Silva, que ganhou destaque no cenário nacional. A gente acompanha nas redações o carinho que as pessoas têm com ele que também é membro do nosso Instituto Histórico e Geográfico e tem um fantástico acervo da história de Mato Grosso do Sul, talvez um pouco inaproveitado, mas que deve ser louvado nesta Casa. Portanto, fica aqui um alerta para o Governo do Estado: que construa uma parceria com o instituto para resgatar a história do nosso estado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, e parabéns pelo evento. Participei caminhando, corri um pouco e foi fantástico. Quero cumprimentar todos os colegas e a todos que nos acompanham através da Rádio e TV Assembleia. Parabenizo os servidores públicos e aproveito para convidar os colegas

para a cerimônia em homenagem aos cerimonialistas desta Casa, até porque amanhã é o Dia do Cerimonialista, fruto de uma lei de minha autoria. Como amanhã terá o evento de entrega de Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense e Comenda de Mérito Legislativo, faremos hoje, às dezenove horas, a homenagem a esses profissionais tão importantes. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares o nosso querido professor Geraldo Alves Gonçalves, ex-presidente do Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública, pelo seu falecimento ocorrido no dia 27 de outubro de 2025, nesta Capital. O professor Geraldo nasceu em 22 de janeiro de 1949, foi um professor dedicado e líder sindical comprometido com a valorização da educação pública sul-mato-grossense, exerceu com destaque a função de presidente do Sindicato dos Professores da Capital, por dez anos, período em que se destacou pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores da educação, pelo diálogo permanente com as instituições públicas e pela busca constante da melhoria salarial, de melhores condições de trabalho e ensino. A sua trajetória foi marcada pelo compromisso com a formação cidadã, pela ética, pela luta por justiça social e pelo respeito à categoria dos educadores. Como professor e dirigente sindical, ele deixou um legado de dedicação, coragem e serviço ao próximo, inspirando gerações e profissionais da educação, contribuindo de forma significativa para o fortalecimento da escola pública em Mato Grosso do Sul. Neste momento de dor e consternação, manifestamos nossa solidariedade e condolências à família, aos amigos e a toda a comunidade escolar e sindical que conviveram com o nosso querido professor Geraldo Alves Gonçalves, rogando a Deus que conforte os corações enlutados e lhes conceda paz e consolo. Portanto, aos familiares, amigos e colegas sindicalistas expressamos nosso pesar e reiteramos nossa gratidão ao legado deixado pelo professor Geraldo, destacando sua trajetória em defesa da educação pública e dos direitos dos professores. E, por último, senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do Pablo, um jovem de dezesseis anos, lá de Culturama, que faleceu vítima de um câncer. Que Deus, neste momento de dor e saudade, traga consolo aos seus pais, Tatiana e Diogo, aos seus avós, Nete e Carlos, que inclusive foi vice-prefeito de Fátima do Sul, aos familiares e amigos. E, por último, senhor presidente, quero convidar todos os colegas para a cerimônia de posse da diretoria do Fórum dos Servidores, que será realizada às 19h no Sindicato dos Policiais Cíveis que, de forma inteligente, tem lutado para que os seus direitos sejam preservados e que tenham cada vez mais a valorização que merecem. É o que tinha, presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, acontecerá hoje, às quatorze horas, em Dourados, uma reunião muito importante no escritório do deputado José Teixeira, com a presença de uma comitiva que veio diretamente de Brasília, composta por autoridades do Ministério da Justiça, do Ministério de Desenvolvimento Agrário e principais



assessores da Suprema Corte, para tratar da questão indígena do nosso estado. A convite do Incra e do MDA, estou indo para lá como presidente da Comissão Permanente Agricultura Familiar, para participar das tratativas. Eu fiz questão de solicitar essa reunião para botar um ponto final em um problema que atinge os dois lados. O compromisso dessa comitiva que veio de Brasília é sair da reunião com uma proposição para que se busque, em até seis meses, uma solução definitiva para o conflito que envolve as chamadas terras indígenas de Mato Grosso do Sul. Portanto, estou solicitando a Vossa Excelência autorização para me ausentar da Sessão. Quero também fazer um registro que acho importante. É impressionante que durante os quase três anos do governo do presidente Lula, no dia 20 de outubro, aconteceu a quinta redução do preço do combustível: maio de 2023, redução de 12,6%; junho de 2023, redução de 4,3%; outubro de 2023, redução de 4,1%; junho de 2025, redução de 5,6%; e dia 20 deste mês a quinta redução, de 4,9%. E, mesmo assim, o preço não baixa nos postos de combustíveis. Eu encaminhei essas indagações para Brasília e a informação é que antes de chegar aos postos, a gasolina passa por uma distribuidora que por lei pode cobrar o quanto quiser, ou seja, os preços são livres, assim como nos postos. Então, a forma que a Petrobras teria para forçar a venda da gasolina mais barata, seria através da sua própria distribuidora. Ocorre que a BR Distribuidora, no governo do Jair Bolsonaro, em 2019, foi privatizada, e pior, deu ao comprador Vibra Energia o direito de usar a marca da Petrobras até Junho de 2029, o que leva o consumidor ao engano, achando que os postos com a marca BR pertencem à Petrobras. Obrigado, senhor presidente.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Senhor presidente, com relação ao que o deputado Zeca do PT acabou de abordar, todas as vezes que acontece isso tem uma confusão na sociedade. Eu tenho vários amigos da área que dizem que houve o desconto de 14%, mas que a distribuidora só passa quatro centavos. Esse é o problema. A culpa não é deles porque esse desconto não verticaliza, a distribuidora não repassa para aqueles que estão na ponta.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Vou ler uma indicação aqui da Mesa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, solicitando a realização de manutenção da rodovia 345, que liga Bonito a Anastácio. Justificativas anexas. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar um projeto de lei que dispõe sobre o enfrentamento ao idadismo, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Esta lei dispõe sobre o combate ao idadismo, também conhecido como etarismo, definido como qualquer discriminação baseada na idade, que tenha o propósito ou efeito de anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em igualdade de condições, dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Artigo 2º - São objetivos desta lei: promover a igualdade de oportunidades entre as diferentes faixas etárias, garantindo participação e representatividade de todas as idades nos espaços públicos e privados; combater a discriminação e o preconceito relacionados à idade e criar condições para a inclusão social, exercício pleno dos direitos das pessoas de todas as faixas etárias; incentivar a interação e o diálogo entre as diferentes gerações, promovendo a troca de experiências e conhecimentos; fomentar a criação de políticas públicas e privadas que contemplem a diversidade etária e garantam a equidade no acesso aos recursos e oportunidades. Artigo 3º - Para efetivação desta lei, poderão ser adotadas as seguintes medidas, sem prejuízo de outras previstas em regulamento: apoio à realização de campanhas educativas e de conscientização sobre a importância do respeito às diferentes faixas etárias e os efeitos negativos do etarismo, com organização da sociedade civil, empresas e instituições de ensino, visando à promoção da diversidade etária e a prevenção e enfrentamento do etarismo; apoio à criação de mecanismos para a denúncia e apuração de casos de discriminação etária, bem como para a responsabilização dos infratores. É importante ressaltar que nas últimas quatro décadas, o Brasil passou por grandes transformações com a relação ao envelhecimento da população. Conforme o Censo Demográfico de 2022, o total de pessoas com sessenta e cinco anos ou mais, no País, é de vinte e dois milhões cento e sessenta e nove mil, chegando a 10,9% da população, com alta de 57% frente a 2010, quando esse contingente era de quatorze milhões, 7% da população. Em 1980, o Brasil tinha 4% da população com sessenta e cinco anos ou mais de idade, os 10,9% alcançados em 2022, por essa parcela da população, representa o maior percentual encontrado nos censos demográficos. No outro extremo da pirâmide etária, o percentual de crianças de até quatorze anos de idade que era de 38% em 1980, passou a 19% em 2022. Esses dados apontam que o país, assim como outros no mundo, caminha cada vez mais para o envelhecimento da população, por isso a necessidade de preparar a sociedade para esse processo e, além disso, elaborar políticas públicas que abranjam essa geração chamada sessenta mais, com políticas visando à geração de renda, previdência, assistência social, saúde, cultura, moradia e lazer, além de medidas de combate à violência e ao preconceito. Também quero apresentar uma moção de pesar. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos amigos e familiares do professor Geraldo Gonçalves, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 27 de outubro. O professor Geraldo atuou por cerca de vinte anos na Rede Estadual de Ensino, fazendo da sala de aula o centro de sua trajetória profissional e humana. A sua história se confunde com a da educação pública sul-mato-grossense, marcada pelo compromisso, pela escuta

sensível e pela defesa incondicional de uma escola que acolhe, forma e transforma. Presidente do Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACPMS) por dez anos, conduziu importantes mobilizações, buscando melhores condições de trabalho, sempre mantendo o diálogo permanente com poder público e com a categoria. Durante a sua gestão, o sindicato ampliou sua representatividade e reforçou a defesa da carreira docente, reafirmando o papel político dos educadores na construção de uma sociedade mais justa. O professor Geraldo Gonçalves era um amigo nosso, grande liderança no movimento sindical dos trabalhadores em educação, uma pessoa respeitada não só pela categoria, mas por todos que o conheciam, portanto merecedor das nossas homenagens. Que a sua memória permaneça viva entre nós e que o seu exemplo de servidor público dedicado e de pessoa honrada possa inspirar tantos outros profissionais da educação. Era o que tinha, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia. Eu tenho algumas indicações, requerimentos e moções. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul, solicitando que seja incluída na pauta de discussão a proposta de reconhecimento oficial do Aquífero São Gabriel do Oeste como uma nova unidade do Estado de Mato Grosso do Sul. Nós tivemos uma palestra na Frente Parlamentar de Recursos Hídricos sobre o Aquífero de São Gabriel do Oeste, que se encontra no meio, entre o solo e o Aquífero Guarani. Noventa por cento da sua extensão está no município de São Gabriel do Oeste, e é necessário haver esse reconhecimento para que seja iniciado o monitoramento da água que está armazenada nesse aquífero, que é um patrimônio estratégico para o nosso estado. A água é um elemento fundamental para o desenvolvimento e muito importante para a soberania futura, e aqui nós temos ela em abundância. Eu estou pedindo ao conselho estadual que faça esse reconhecimento e, posteriormente, o monitoramento desse aquífero com análises periódicas da água, para identificar se está sendo contaminada ou não, lembrando do trabalho que foi feito e que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul teve um papel fundamental nesse processo. As pessoas acham que o volume de água que está sendo retirado é do Aquífero Guarani, mas, na verdade, é do Aquífero São Gabriel. Quero enaltecer o professor Giancarlo Lastoria, um dos líderes do grupo de pesquisa que apresentou esse projeto e que há mais de quinze anos tem feito as medições, os trabalhos científicos e o mapeamento desse aquífero. Quero apresentar uma moção de aplauso aos policiais Fábio Silva dos Santos, André Guilherme de Carvalho, Leandro Rosa de Souza e Enivaldo Duca Lima, pelo ato de bravura, coragem e dedicação demonstrado durante o atendimento da ocorrência registrada em 27 de janeiro de 2025, na rua Maria José Azambuja, nº 2.125, no bairro Estrela Porã, no município de

Dourados. Naquela ocasião, os referidos policiais atuaram de forma destemida, cumprindo a missão coordenada em uma situação de violência doméstica que evoluiu para a tentativa de homicídio contra a guarnição, incêndio criminoso e tentativa de suicídio por parte do autor. Graças à rápida intervenção das equipes, foi possível preservar a vida das vítimas, conter a propagação das chamas e resgatar o autor que se encontrava inconsciente dentro da residência em chamas, mesmo sobre o risco iminente à integridade física dos militares. Então, eu quero parabenizar todos os policiais envolvidos nesse ato de bravura. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos senhores Anísio Silva e Renê Devete, idealizadores e coordenadores do projeto "Corrida de Rua Dinossauros", pela comemoração dos nove anos de fundação da Equipe Dinossauros, criada em 19 de outubro de 2016, na cidade de Dourados. Eu tenho participado, apoiando esse movimento da corrida dos dinossauros que em Dourados já é consolidado, acontece em vários bairros da cidade ao longo do ano, e a cada dia aumenta mais o número de participantes, chegando ao ápice de mais de mil corredores. Essa é uma organização não governamental que tem angariado apoio da iniciativa privada na ocorrência desse esporte que, na minha avaliação, é o mais democrático que existe, porque só precisa de um tênis e força de vontade. Parabéns a todos os envolvidos. Quero aqui encaminhar uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Manuel Ferreira da Silva, popularmente conhecido como "Mané do Lanche", pelo seu falecimento ocorrido no dia 23 de outubro de 2025, em Ivinhema. O Mané do Lanche, conhecido e querido por sua simpatia e dedicação, deixa um legado de amizade, respeito e alegria para a comunidade onde viveu. Eu tive a grata satisfação de ser freguês do Mané do Lanche desde a minha juventude, e a oportunidade de apreciar os seus lanches, assim como a sua amizade e o seu sorriso. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha nesta Sessão e também pela TV e Rádio Alems. Antes de apresentar minhas indicações, eu gostaria de parabenizar os servidores públicos de Mato Grosso do Sul pelo dia de hoje, uma data bastante significativa. Portanto, todo o nosso respeito e consideração a esses trabalhadores que servem à população, os servidores públicos municipais, estaduais e também da União. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Prefeitura de Costa Rica, pela realização do "Projeto Primavera 2025", que promoveu oficinas socioeducativas e o tradicional baile de debutantes para marcar a fase de transição na vida das adolescentes de quinze anos, despertando para a realidade e seus desafios, além de buscar a inserção dessas meninas na sociedade. Esse projeto que já é tradicional em Costa Rica, adotou inscrições limitadas no período de 1º a 16 de abril e



teve uma procura recorde de sessenta e três debutantes, uma oportunidade para as meninas de famílias em situação de vulnerabilidade social, famílias mais simples, que não teriam condições de fazer uma festa tão bonita como essa que foi realizada pelo prefeito Cléberson e pela primeira-dama Márcia Alves, sendo que o município arcou com todos os custos. Estou apresentando também um projeto de lei que inclui esse evento no Calendário Oficial de Eventos do nosso Estado. Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, o baile de debutantes do Projeto Primavera, a ser realizado, anualmente, no mês de outubro. Esse baile é importante porque traz o resgate das debutantes, além de ser um projeto de cunho social que pode servir de modelo para demais municípios de Mato Grosso do Sul. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Polyana Wruck, soldada do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul, pela conclusão do curso de salvamento em altura, que a possibilitou se tornar a primeira mulher formada nessa especialidade pela corporação. A soldado Poliana, integrante da turma de soldados desde 2024 pela Academia de Bombeiros Militar, concluiu agora o curso de salvamento em altura na Escola Superior de Bombeiros, em São Paulo, com duração de 45 dias, formando-se em 17 de outubro. Polyana é a única mulher representante de fora do Estado de São Paulo entre vinte militares, superou mais de oito meses de treinamentos intensos e recebeu o certificado e o brevê que simbolizam a sua qualificação em resgates em locais elevados. Essa conquista representa um marco histórico para o Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, garantindo atendimento mais humanizado, especialmente às vítimas do sexo feminino. E, por fim, senhor presidente, quero destacar a agenda do governador Eduardo Riedel, na entrega da Policlínica do Cone Sul que incorpora o Hospital Regional e vai atender os pacientes do SUS, em Dourados e mais trinta e três municípios da região da Grande Dourados, incluindo o Vale do Ivinhema. Essa é uma estrutura muito importante nesse processo de regionalização da saúde de Mato Grosso do Sul e vai ajudar a desafogar o atendimento que hoje se concentra em Dourados. Então, ontem, o governador entregou essa obra importante para a nossa região e também assinou a ordem de serviço da tão esperada passarela da MS-156, na região do bairro Guaicurus, que vai preservar vidas. Esse que foi um empenho da bancada de Dourados aqui na Assembleia Legislativa. Por hoje, é isso. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (PMDB) — Senhor presidente, para apresentar um projeto de lei. Denomina Emídio Antônio Sandri o trecho da MS-380, que liga a sede do município de Ponta Porã à BR-463. Era só o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, a todos que nos prestigiam com suas presenças aqui no Plenário, a quem nos assiste pela TV Assembleia e nos acompanha pelas redes sociais. Quero cumprimentar também a imprensa e os servidores desta Casa. Senhor presidente, faço uso da palavra para apresentar duas indicações, uma moção de congratulação e uma moção de repúdio. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), solicitando viabilizar a destinação de veículos automotores para o atendimento das seguintes instituições do município de Costa Rica: Polícia Militar e Polícia Civil. A presente proposição tem como base as solicitações encaminhadas pelos vereadores Ailton Martins de Amorim e Lucas Lázaro Gerolomo, da Câmara Municipal de Costa Rica, por meio do Ofício nº 592/2025/CMCR/GP e da Indicação nº 307/2025, lida e aprovada naquela Câmara Municipal, cujas cópias seguem anexas. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), com a finalidade de viabilizar a destinação de veículos automotores para o atendimento das seguintes instituições do município de Pedro Gomes: Polícia Militar e Polícia Civil. A presente proposição tem como base as solicitações encaminhadas pelo vereador Sandoval Alves de Oliveira, da Câmara Municipal de Pedro Gomes, por meio dos Ofícios nº 008/2025 e nº 009/2025, cujas cópias seguem anexas para conhecimento e providências. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao estudante Carlos André Oliveira Fernandes, da Escola Estadual Francisco Ribeiro Soares, do município de Pedro Gomes, pelo brilhante desempenho e notável conquista alcançada durante a FetecMS 2025 - Feira de Tecnologia, Engenharia e Ciências de Mato Grosso do Sul, realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande, entre os dias 19 e 22 de outubro de 2025. Na ocasião, ele conquistou o segundo lugar na área de engenharia e obteve credencial para participar da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, importante evento nacional que será realizado na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que seguem. Senhor presidente, contrariando a prática das minhas proposições, hoje eu venho apresentar uma moção de repúdio. Moção de repúdio ao Decreto Federal nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de repúdio ao senhor Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República Federativa do Brasil; à senhora Macaé Maria Evaristo dos Santos, ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania; ao senhor Camilo Sobreira de Santana, ministro de Estado da Educação, e ao senhor Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, secretário executivo do Ministério da Educação, em razão da publicação do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a denominada Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Embora o referido decreto apresente o propósito de consolidar uma política de

educação inclusiva, contém graves equívocos conceituais e operacionais ao impor a matrícula obrigatória de todos os alunos com deficiência em classes comuns, sem considerar as especificidades de cada caso e sem garantir as condições estruturais, pedagógicas e financeiras indispensáveis ao atendimento adequado. A medida, ao restringir a atuação das escolas especializadas, como as Apaes, Associações Pestalozzi e demais instituições congêneres, coloca em risco a continuidade de um modelo educacional reconhecido nacional e internacionalmente, que há décadas promove a inclusão efetiva de pessoas com deficiência intelectual, múltipla e com Transtorno do Espectro Autista (TEA), além de contrariar o artigo 58, parágrafo 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que prevê o atendimento em escolas e classes especializadas quando a integração no ensino em regular não for possível. O decreto ignora o direito de escolha das famílias e reduz a formação docente a meras oitenta horas, o que demonstra superficialidade e ausência de preparo técnico compatível com a complexidade da educação especial. A ausência de clareza quanto ao financiamento da política, somada à falta de diálogo com as entidades representativas do setor, acarreta riscos concretos de fechamento de instituições, perdas de vagas e interrupção de serviços de reabilitação, apoio terapêutico e formação para o trabalho, gerando enorme prejuízo social, pedagógico e humano. Esses fatores tornam a norma um retrocesso incompatível com os princípios democráticos e com a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, internalizada no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos termos que seguem. Além disso, senhor presidente, junto a esta moção segue a nota de repúdio emitida pela Federação das Apaes de Mato Grosso do Sul e a solicitação que obtive de várias instituições que trabalham com pessoas com deficiência, um repúdio a um decreto que cria uma política nacional por decreto, sem que seja submetido ao crivo da lei, da discussão, dentro do Congresso Nacional. Portanto, fica aqui a minha manifestação de repúdio a este Decreto nº 12.686, editado no dia 20 de outubro de 2025. Por último, senhor presidente, encerrando a minha participação no Pequeno Expediente, quero registrar aqui hoje, 28 de outubro, Dia do Servidor Público, os cumprimentos e o reconhecimento deste parlamentar aos servidores públicos estadual, federal e municipal, pelo seu dia, lembrando que se nós temos um país que avança, se nós temos ações e políticas públicas eficiente, eficazes, e políticas públicas em processo de construção, devemos aos servidores que no dia a dia trabalham e se dedicam para que possamos construir uma sociedade mais justa, igualitária e melhor. Parabéns a todos os servidores públicos de Mato Grosso do Sul.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, a todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Senhor presidente, trago um requerimento e duas indicações. Requeiro à Mesa que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos dos jovens Igor

Pereira Rosa Paniago e Tiago Andrade Rezende, pelo seu falecimento, ocorrido em decorrência de afogamento no rio Sucuriú, no município de Paraíso das Águas, no dia 26 de outubro de 2025. Se aprovada, a presidente indicação poderá ser redigida em encaminhada da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, por proposição do deputado Caravina, vem consignar seus votos de profundo pesar pelo falecimento dos jovens Igor Pereira Rosa Paniago e Tiago Andrade Rezende, ocorrido tragicamente no rio Sucuriú, no município de Paraíso das Águas, no último dia 26 de outubro. Igor Paniago tinha trinta e dois anos, era empresário e filho de uma tradicional família do município, reconhecido pelo espírito trabalhador, generosidade e forte envolvimento com a comunidade local. Tiago Rezende tinha dezoito anos, era jovem de personalidade admirável, conhecido pela simplicidade, educação e dedicação ao trabalho, familiares e amigos. O acidente comoveu todo o município de Paraíso das Águas, mobilizou as equipes do Corpo de Bombeiros de Chapadão do Sul, Coxim e Campo Grande, além de mergulhadores e voluntários que participaram das buscas. Neste momento de dor e consternação, o Parlamento sul-mato-grossense manifesta solidariedade às famílias e amigos enlutados, rogando a Deus que conforte os seus corações e traga alento diante dessa irreparável perda. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Educação, Hélio Queiroz Daher, solicitando a aquisição de aparelhos de ar- condicionado de doze mil Btus, destinados à Escola Estadual Eldorado, localizada no município de Eldorado, visando complementar o projeto de reforma recentemente executado na unidade escolar, garantido o conforto térmico de alunos e servidores, bem como a melhoria das condições de ensino e aprendizagem. Esse é um pedido dos vereadores de Eldorado, Neni e Anderson Freitas. A referida escola foi reformada visando a assegurar as condições de estudo para os alunos, mas não foram instalados os ares-condicionados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, Hélio Queiroz Daher, e ao secretário de Estado de Turismo, Esporte e Cultura, Marcelo Ferreira Miranda, solicitando a criação e implantação do Conservatório Estadual de Música, iniciativa que visa a fortalecer a formação artística, ampliar o acesso à educação musical profissionalizante e promover o desenvolvimento cultural em todo estado. Esse pedido eu recebi da comunidade artística que apresentou com destaque a relevância dessa proposta para a formação de novos artistas, que seria através da Cultura, mas eu encaminhei a solicitação também para a Educação porque envolve os dois eixos, para que essa formação artística seja feita através de um conservatório estadual. Nós já sabemos que os municípios já fazem esse trabalho, mas seria um projeto inédito tocado pelo Estado, através da Secretaria Estadual de Cultura, em parceria com a Secretaria de Educação. Eu acho que seria um grande projeto para ser tocado pela Fundação de Cultura e pela Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa, nobres pares, a todos que nos honram com a sua presença no Plenário e a quem nos assiste através da TV Assembleia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa Distribuidora de Energia S/A em Mato Grosso do Sul, solicitando a realização da poda de árvores que interferem na fiação elétrica ao longo do caminho de acesso ao Assentamento Conquista, localizado no município de Campo Grande na divisa com município de Terenos. A presente indicação decorre de solicitação direta dos moradores do Assentamento Conquista, que manifesta a crescente preocupação com a vegetação às margens da via de acesso à comunidade, que está avançando sobre a fiação elétrica. O Assentamento Conquista é composto por setenta e seis lotes familiares e enfrenta problemas frequentes causados pela proximidade dos galhos das árvores com a rede elétrica, situação que representa risco grave à segurança dos moradores, pois a vegetação em contato com os cabos pode ocasionar curto-circuito, interrupções no fornecimento de energia e até incêndios, especialmente em períodos de chuvas e ventos fortes, condições frequentes na região, além dos riscos materiais e a infraestrutura elétrica. Essa ação reafirma o compromisso com a segurança, o bem-estar e a qualidade de vida dos moradores do Assentamento Conquista, além de atender uma demanda legítima da população que depende da estabilidade da infraestrutura elétrica para seu cotidiano. Portanto, solicito o atendimento imediato dessa necessidade para prevenir acidentes e garantir a normalidade dos serviços essenciais à comunidade. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao desembargador Dorival Renato Pavan, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, pela instalação da Segunda Vara da Comarca de Iguatemi, ocorrida no dia 20 de outubro de 2025, por meio da Resolução nº 372/2025, um marco histórico para o fortalecimento do Poder Judiciário do interior de Mato Grosso do Sul. Essa medida veio para atender uma antiga e legítima demanda da população local, refletindo o comprometimento do Tribunal de Justiça com a aplicação do acesso à justiça e com a melhoria contínua na prestação jurisdicional. Nos últimos cinco anos, a Comarca de Iguatemi contabilizou o ingresso de mais de dezessete mil novos processos, demonstrando a crescente necessidade de estruturação e modernização do Judiciário na região. A criação da nova unidade judicial vem ao encontro dessa realidade, proporcionando maior celeridade na tramitação dos feitos, melhor distribuição da carga de trabalho e aprimoramento na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Durante a solenidade da instalação da Segunda Vara da Comarca de Iguatemi, o eminente desembargador, em discurso firme e inspirador, reiterou o compromisso da atual gestão com o fortalecimento do primeiro grau de jurisdição, reconhecendo-o como pilar essencial para efetivação dos direitos e garantias dos cidadãos sul-mato-grossenses. Exaltamos ainda o esforço coletivo do presidente do



Tribunal de Justiça, da magistratura local, da OAB, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das demais instituições parceiras, cuja atuação integrada viabilizou esse relevante avanço institucional. Participo com especial orgulho dessa conquista, na qual estive presente desde os primeiros momentos, colaborando ativamente por meio da realização de audiência pública no município de Iguatemi, bem como, de reuniões junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. O meu engajamento reflete o compromisso com o fortalecimento das instituições e com a garantia de um Judiciário mais acessível, célere e eficiente para toda a população do Cone Sul. Apresento essa moção de congratulação ao desembargador Dorival Renato Pavan, pela visão administrativa, pelo compromisso com a eficiência do serviço público e pela dedicação em promover uma justiça cada vez mais célere, inclusiva e próxima da população. Receba o reconhecimento desta Casa como justa homenagem ao seu trabalho incansável em prol do aperfeiçoamento do Poder Judiciário em nosso Estado. Senhor presidente, eu vejo o quanto é importante perceber que o nosso mandato tem sido participativo e eficaz. Eu me lembro da primeira audiência pública que promovemos na Câmara Municipal de Iguatemi, quando o presidente era o desembargador João Maria Lós, que firmou esse compromisso conosco em Iguatemi. Depois tivemos a presidência do doutor Pascoal, a do doutor Sérgio Martins, a do desembargador Contar, e todos eles deram um empurrão para que isso pudesse efetivamente ser concretizado. Eu estive em várias reuniões do Tribunal de Justiça com os ex-presidentes Igor Ferrer, Ilimar Benites e hoje, agradeço a Deus, o presidente da OAB do município é o meu irmão Carlos Adão Nogueira Lopes que teve efetivada esta conquista para a Comarca de Iguatemi num fórum que é instalado numa rua que leva o nome da minha mãe, Lenira Amélia Nogueira Lopes, na frente de uma praça que leva o nome do meu pai, João Francisco Lopes, um dos fundadores do município de Iguatemi. Então, hoje é um dia memorável pra mim, por poder fazer essa moção de congratulação ao TJMS. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Lidio Lopes, eu gostaria de assinar essa moção com Vossa Excelência.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Obrigado, presidente, é uma honra ter a sua assinatura.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Parabéns! Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Coronel David: quatro moções de congratulação (Prot. nºs 4208/2025, 4207/2025, 4206/2025, 04205/2025); um projeto de lei (Prot. nº 4209/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 4227/2025, 04168/2025); um projeto de lei (Prot. nº 4226/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 4175/2025, 4174/2025, 04224/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 4225/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 04444/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 04443/2025); uma moção de pesar

(Prot. nº 4436/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 04336/2025); um projeto de lei (Prot. nº 04336/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 04335/2025, 04229/2025); um projeto de lei (Prot. nº 04211/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 4167/2025); um projeto de lei (Prot. nº 4445/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 4446/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 04210/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 4441/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 04440/2025, 4439/2025, 4265/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 4438/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 04437/2025); um requerimento (Prot. nº 04170/2025); uma moção de aplauso (Prot. nº 04435/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 4434/2025, 4433/2025, 4432/2025, 04431/2025, 4430/2025); dois projetos de lei (Prot. nºs 04429/2025, 4428/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Renato Câmara - MDB) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 185/2025. Autor: deputado Pedro Kemp. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, a Festa e a Trezena em honra à Nossa Senhora de Fátima da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, Município de Campo Grande". A Comissão de Educação, Cultura, Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Declaração de voto, senhor presidente. Eu participei da Paróquia Nossa Senhora de Fátima por trinta e cinco anos, fui organista na equipe de Liturgia por mais de trinta anos, e tive oportunidade de participar da trezena e da festa, que já é tradicional, em louvor à Nossa Senhora de Fátima, realizada há mais de sessenta anos no bairro Monte Líbano, onde está a paróquia. Essa festa foi iniciada pelo saudoso frei Gregório, ela tem a parte religiosa com a trezena, a reza do terço, as missas, mas tem também uma parte social, com quermesses, shows, comidas típicas, é uma festa que reúne as famílias não só do Monte Líbano, mas de várias regiões da nossa cidade.

Projeto de Lei nº 185/2025, de autoria do deputado Pedro Kemp.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) - Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são treze votos favoráveis e nenhum voto contrário. Quero registrar que o Dia de Nossa Senhora de Fátima é 13 de maio e é comemorado com a trezena, ou seja, treze dias de festa.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 199/2025. Autor: Poder Judiciário. "Dispõe sobre a reorganização das serventias notariais e de registros, na sede da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso, futuro Rio Verde do Pantanal que não é Mato Grosso. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 199/2025, de autoria do Poder Judiciário.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 244/2025. Autor: Ministério Público. "Altera a Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Aproveitando o intervalo da votação, quero comunicar que hoje, Dia do Servidor, nós vamos ter a fala do nosso Sindicato dos Servidores da Assembleia; amanhã acontecerá a entrega dos títulos de cidadão na Sessão Solene à noite. Foi deliberado que não haverá sessão na quinta e na sexta-feira, e o Dia do Servidor será comemorado com o pagamento na conta no dia 30. Eu estou comunicando antes de a presidente falar porque ela já comemora isso na tribuna.

Projeto de Lei nº 244/2025, de autoria do Ministério Público.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicano) — Sim.

**DEPUTADO CARVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.



**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão. Por acordo de lideranças, Projeto de Lei Complementar nº 018/2024. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Dispõe sobre a obrigação de as empresas que gozam de benefícios ou de incentivos fiscais, financeiro-fiscal ou extrafiscais, no Estado de Mato Grosso do Sul, destinarem parte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), devido em cada período de apuração, em favor dos fundos que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão... Encerrada a discussão. Quero parabenizar o deputado Pedrossian Neto, já que esse projeto está sendo esperado pela Petrobras para resolver um problema orçamentário da UFN3, parabenizar a CCJR pela agilidade, e também todos os líderes. Em votação.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) —** Senhor presidente, declaração de voto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) —** Senhor presidente, eu vou declarar o voto registrando os parabéns ao deputado Pedrossian Neto, pela proposição, já que há algum tempo ele vem elaborando o texto para chegar neste final tão importante para Mato Grosso do Sul, estabelecendo que as empresas que obtêm benefícios fiscais possam investir recursos e descontar do Imposto de Renda devido. Isso permite que muitas empresas façam aportes de recursos aos Fundos Municipais e Estaduais do Direito da Criança e do Adolescente, assim como ao Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

Eu apresentei uma emenda apenas para ampliar o leque, para que os recursos possam também ser investidos em projetos de interesse do estado que sejam aprovados pela Lei Rouanet e também pela Lei do Incentivo ao Esporte. Então, parabênzo o deputado Pedrossian porque tenho certeza que esse projeto vai contribuir e muito com as áreas a que se destinam os recursos, atendendo e ampliando o trabalho executado pelas instituições do estado, tanto as áreas previstas no projeto original, quanto as ampliadas através da emenda proposta com o intuito de aumentar o escopo de atendimento. É só, senhor presidente

Projeto de Lei Complementar nº 018/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicano) — Sim.

**DEPUTADO CARVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum um voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Com base no artigo 234, parágrafo 2º, dispensada a redação final, pois já passou pela CCJR. Item 5. A deputada Mara está presente? Preciso de manifestação. Vou passar para o Item 6. Projeto de Lei nº 254/2025. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de crédito contingente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Aditiva 01, tendo como relator o deputado Caravina... Pela ordem, o deputado João Henrique. Concedido vista ao deputado João Henrique, por vinte e quatro horas. A deputada Mara Caseiro está presente? Pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Só para registrar minha presença aqui no Plenário virtual, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — A deputada Mara está correndo o Mato Grosso do Sul, trabalhando muito. Item 5. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 205/2025. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Semana Estadual de Combate à Adultização, à Exploração, à Sexualização e à Exposição Precoce de Crianças e Adolescentes nas redes sociais, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Supressiva 01, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação

Projeto de Lei nº 205/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 7. Em discussão única e votação simbólica: dois requerimentos, treze indicações e uma moção de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 8. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Ivanildo Pereira Holsback. Moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Maria Serafim dos Reis. Moção de pesar, proposta pelos deputados Gerson Claro e Coronel David, em razão do falecimento do senhor Igor Santos Vougado. Moção de pesar, proposta pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento do senhor Marcelo Cosmo do Nascimento.

Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Antes das Explicações Pessoais, vamos suspender a Sessão para manifestação externa. Hoje, Dia do Servidor Público, quero convidar a presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa (Sisalms), Evellyn Abelha, para apresentar a nova diretoria e homenagear os servidores. Vossa senhoria tem quinze minutos e deverá falar exclusivamente sobre o tema e somente ao final poderá haver manifestação dos deputados. Com a palavra, Evellyn Abelha.

**EVELLYN ABELHA** (presidente Sisalms) — Um bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso presidente, deputado Gerson Claro, por nos ter concedido esse espaço, e dizer que é um privilégio estar nesta tribuna, representando o Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e os servidores desta Casa. É uma honra estar aqui. Bom dia aos senhores deputados que estão na Mesa, aos que estão aqui no Plenário, aos servidores presentes e a quem nos acompanha pelas redes sociais. Muito obrigada. O Sisalms está aqui por dois motivos, o primeiro deles é para apresentar a nova diretoria do sindicato que tomou posse no dia 1º de outubro, gestão 2025/2028. Somos um grupo composto por vinte servidores efetivos aqui da Casa, treze concursados e sete aposentados. Eu gostaria de, rapidamente, nominar meus colegas diretores com quem eu tenho o privilégio de trabalhar e que toparam esse desafio de estar no sindicato: eu, Evellyn Abelha; Neder Schabib; André Abdo; Ronaldo Menin; Roberto Valentim; Ana Cláudia Gomes; Antônia Cassaro; Edmara Veloso; Michel D'Avila; Leonardo Romero; Thiago Campos; Thiago Debasa; Rosângela Araújo; Fernando de Matos; e os nossos conselheiros e conselheiras fiscais, Félix Portela; Alfredo de Paula; Leonardo Nakao; Severina da Silva; Fátima Bezerra e Antônio Carlos de Oliveira. Portanto, é esse o grupo que representará os servidores desta Casa durante os próximos três anos. Desde já gostaríamos de agradecer a confiança de todos os servidores da Assembleia Legislativa, principalmente os filiados e filiadas. Elegemo-nos com a chapa "Avançar" e a nossa meta é justamente avançar nos benefícios, nos direitos e na valorização dos trabalhadores deste Parlamento. Os valores da nossa gestão são: profissionalismo, ética, integração, transparência, inovação e parceria. E essa parceria deve ser entre nós servidores e servidoras da Assembleia Legislativa e também entre nós, servidores, e deputados. Nesse início de mandato, participamos da "Campanha da Caixa Encantada", da "Campanha do Outubro Rosa", e já estamos desenvolvendo, com muito carinho, algumas atividades junto à Escola do Legislativo, para a semana do servidor. Eu quero dizer que a gente não acredita no sucesso sem essa parceria, e ela funciona com reconhecimento e confiança, e para isso, agradecemos e nos colocamos à disposição dos deputados e dos servidores. Nós já começamos as nossas visitas institucionais a todos os deputados, conforme a agenda que eles nos disponibilizam, e a nossa meta é visitar todos os gabinetes para apresentar a nova diretoria e também para colocar as prioridades dos servidores da Assembleia Legislativa. Quero dizer que para 2026, nós já estamos planejando iniciar uma campanha pré-salarial para que tenhamos a nossa tabela revisada e, principalmente, a melhoria do auxílio-saúde.



Essa é uma das nossas prioridades porque são benefícios que atendem todos os servidores da Assembleia, indistintamente, os efetivos, os comissionados, os aposentados, e também os pensionistas. Então, planejamento é tudo, e a gente espera que para o próximo ano a nossa Mesa Diretora tenha essa sensibilidade e os deputados possam aprovar essas melhorias para os servidores desta Casa. Aproveitamos essa oportunidade para destacar e reconhecer que nós tivemos muitas novidades na nossa Assembleia, na atual legislatura, com a presidência do deputado Gerson Claro, do nosso primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, do segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, e de toda a Mesa Diretora: o novo estacionamento, o novo refeitório, os novos estatuto e Plano de Cargos e Carreira. A pedido do Sisalms, a Mesa Diretora apresentou o projeto, os deputados aprovaram e agradecemos muito. Teremos agora um novo Plenário e um novo concurso. Com relação a esse novo concurso, o que esperamos é que se renove o quadro porque temos defasagem de pessoal. Hoje, com uma obra tão grande, aqui não tem um engenheiro efetivo de carreira, o deputado Paulo Corrêa que é engenheiro, sabe dessa necessidade. Como eu disse, o concurso já foi autorizado e a gente espera que ele venha com vagas efetivas para engenheiro, mais um arquiteto para ajudar o Neder, nosso vice-presidente, novos policiais legislativos, porque é uma estrutura grande que vai precisar de segurança, não só estrutural, mas nossa também, dos deputados, servidores e de todo o público que vem aqui na Casa. Hoje, nós temos quadros muito defasados, como por exemplo, os intérpretes de Libras; a área jurídica, que faz atividades fim na CCJ, nas comissões de mérito; temos também necessidade de pessoal na área de tecnologia da informação, porque isso não é futuro, é presente, e um Parlamento com essa magnitude de projeto precisa de tecnologia que acompanhe. Então, a gente espera que os cargos que serão ofertados nesse novo concurso acompanhe a evolução estrutural pela qual a Casa está passando e que a gente muito aprecia, deputado Paulo Corrêa. Eu entrei aqui em 2019 e hoje temos outro Parlamento. Sou do primeiro concurso, fui nomeada em 2019, e hoje temos conforto e melhores condições de trabalho, avançamos muito e a gente agradece bastante. Além dessa parte da vida funcional dos nossos servidores, o sindicato também tem o compromisso de renovar e melhorar a parte administrativa, a nossa parte interna, para atender melhor os servidores, para ter mais contato com os deputados e deputadas. Hoje, temos a alegria de anunciar que estamos lançando um novo site do Sisalms: [www.sisalms.org](http://www.sisalms.org), uma ferramenta em evolução. Então, quem quiser acompanhar as notícias, as nossas divulgações, o site está à disposição de todos os servidores, filiados ou não, dos deputados e da sociedade. O meu outro objetivo hoje é, em nome do Sisalms, felicitar os servidores públicos do Brasil, em especial os servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, pelo Dia do Servidor Público. Nós somos muito importantes porque, como bem disse a deputada Gleice Jane, nem uma emenda parlamentar chega ao seu destino sem o trabalho do servidor público, assim como um mandato parlamentar não funciona sem os servidores. Então nós somos importantes para o desenvolvimento do nosso estado e do nosso país, somos membros dessa engrenagem que funciona em benefício do estado, do cidadão e da população em geral. O sindicato está para representar e lutar pela defesa dos direitos, para que eles não sejam

suprimidos, para que a gente tenha evolução, não é, deputado João Henrique? Inclusive, estamos passando por um momento delicado, porque na semana passada foi apresentada, na Câmara dos Deputados, a PEC nº 38/2025 que visa à reforma administrativa, e nós estamos representados em Brasília através da Federação Nacional dos Servidores Legislativos e da Pública Central do Servidor, na grande manifestação dos servidores públicos contra essa reforma. O que os servidores públicos almejam é um serviço público eficiente, justo e sustentável, com um servidor público valorizado pelo trabalho que faz e pela entrega que tem e importância. Então, nós parabenizamos e agradecemos o trabalho de todos os servidores públicos desta Casa de Leis. Quero dizer que a nossa missão é servir e vamos fazer isso com muita competência, com muita ética, com muito orgulho, mesmo porque é uma missão nobre. Acho que temos que nos orgulhar de sermos servidores públicos, mesmo que algumas vezes passemos por visões distorcidas, descrédito do serviço público, mas nós somos essenciais, sim, para a nossa nação e para o nosso Mato Grosso do Sul. Quero agradecer os deputados Gerson Claro, Paulo Corrêa, Pedro Kemp, Renato Câmara, João Henrique, Caravina, Gleice Jane, Lidio Lopes. Eu agradeço e desejo um bom dia, um dia feliz para os nossos servidores públicos. Parabéns! Muito obrigada.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Lidio Lopes, servidor público de carreira.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Eu quero parabenizar a Evellyn pela fala em nome dos servidores desta Casa e parabenizar todos os servidores da ALEMS e de Mato Grosso do Sul. Dizer que é uma honra comemorar o Dia do Servidor Público, porque nós mandatários somos passageiros, chegamos aqui com prazo de validade determinado de quatro anos, e se não renovarmos esse passaporte junto à população, a gente não continua. Agora vocês, servidores públicos efetivos, estão aqui para trabalhar e para mostrar que tocam a máquina pública. Eu louvo a Deus por esta Casa ter pessoas que, de maneira ímpar, trabalham e prestam relevantes serviços ao Estado de Mato Grosso do Sul. Eu me sinto honrado em fazer parte do Legislativo estadual. Sou servidor público de carreira do Tribunal de Contas do estado, estou afastado para exercício do meu mandato, mas me lembro de quando foi instalada a Corte de Contas, no ano de 1982. Eu tive a oportunidade de entrar no Tribunal de Contas em 1984, como office boy, deputada Gleice Jane, e com o advento da Constituição em 1989, quem tivesse cinco anos de exercício poderia ser efetivado, e foi o que aconteceu comigo. Logo em seguida, prestei alguns concursos e hoje estou aqui cumprindo o mandato de deputado, representando não só a categoria de servidores do Tribunal de Contas, mas todas as categorias de servidores de Mato Grosso do Sul, e me sinto honrado por estar aqui. Eu sempre digo que trabalho em defesa dos servidores públicos, seja qual for a categoria, porque a gente tem que ter uma visão macro do trabalho que cada um faz. Hoje é um dia para celebrar tudo o que os servidores públicos

estaduais têm feito por Mato Grosso do Sul e pelos municípios. Deus abençoe você, Evellyn, juntamente a diretoria do Sisalms, e abençoe cada servidor da Alems. Um grande abraço a todos.

**SENHORA EVELLYN ABELHA** (presidente do Sisalms) — Obrigada, deputado.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Bom dia, presidente. Quero me manifestar sobre a importante fala da Evellyn Abelha, reconhecendo o trabalho dos servidores públicos, não só aqui na Alems, mesmo porque nós não teríamos educação pública, não teríamos atendimento na saúde, não teríamos segurança no estado se não tivesse o servidor público. É importante a gente dizer para a sociedade qual é o papel e qual é o trabalho que o servidor e a servidora pública prestam para a sociedade. Eu gostaria de estar aqui hoje só parabenizando todos os servidores, porque eu acho que é um trabalho que merece toda valorização, todo elogio e hoje é um dia de comemoração, mas a atualidade não me permite apenas comemorar sem fazer uma reflexão sobre as condições em que o servidor e a servidora pública está neste momento, no Estado do Mato Grosso do Sul, sob constante ataque ao seu trabalho, ao seu serviço, sendo questionado. Na educação, a gente percebe um atropelo sobre as burocracias, sobre a desvalorização, a não credibilidade do trabalhador e do servidor público. A gente percebe isso também na saúde, pelo excesso de violência que os profissionais da saúde vêm apresentando para a gente. Temos que parabenizar os servidores e também nos levantar num grito para avançar na valorização de todos os servidores públicos. É necessário que tenha concurso público aqui na Alems, como é a sua reivindicação, mas também lá na educação, onde mais de 70% dos professores hoje são convocados e não efetivos. É importante ter concurso público na saúde, haja vista que o governador está terceirizando todo o serviço, inclusive com proposta de colocar a saúde dentro da bolsa de valores para lucrar com o serviço que a população hoje tem de forma precária. Isso é extremamente preocupante para nós, servidores, e também para a sociedade. É preciso valorizar os servidores da segurança pública, pois hoje os PMs lutam pelo direito à hora-extra, para que seja reconhecido o direito de receber por um trabalho que já fazem gratuitamente para o Estado. É preciso reconhecer e valorizar todos os servidores, é preciso que a população conheça e saiba que se não tiver um servidor público valorizado, em quantidade suficiente para atender às demandas da sociedade, a gente não tem serviço público. Hoje nós temos um grande ataque ao serviço público, aos servidores, e isso é consequência de um movimento que pretende acabar com o serviço público gratuito para a população. Nós precisamos fazer esse debate porque a PEC da reforma administrativa não é sobre privilégios; não, os privilégios não estão na PEC, aliás sobre privilégios os deputados federais não querem discutir. Na verdade, o debate é sobre o ataque aos servidores, o ataque aos serviços, e quem vai ser prejudicado para além dos servidores é a população. Então, hoje é um dia de reflexão, de parabenização, mas principalmente de luta, e nós vamos ter que seguir firmes. Eu, como servidora pública, como sindicalista e como deputada me somo à luta do Sisalms, porque nós precisamos caminhar

juntos e juntas para poder avançar no serviço público gratuito de qualidade para a população e com valorização dos servidores públicos. Parabéns e contem com a gente.

**SENHORA EVELLYN ABELHA** (presidente do Sisalms) — Obrigada, deputada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu quero parabenizar o Sindicato e, mais uma vez, em nome da Marlene, nossa secretária, do Jericó, da Severina e do Donizete, parabenizar os servidores públicos. Esses servidores mencionados estão nesta Casa há mais de quarenta anos. Desde o início a gente procurou manter o diálogo constante, a valorização e o reconhecimento, e as mudanças que foram feitas aqui na Casa têm que avançar, a gente reconhece isso, e vamos continuar trabalhando juntos. Obrigado e parabéns.

**SENHORA EVELLYN ABELHA** (presidente do Sisalms) — Obrigada, deputado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Está reaberta a Sessão. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — sem revisão da oradora — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Venho aqui hoje fazer um comentário sobre uma manifestação do governador Eduardo Riedel, no final de semana, sobre a situação dos conflitos agrários indígenas que nós acompanhamos com grande preocupação aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. Eu já me manifestei aqui sobre essa situação e a gente percebe que há um ataque do próprio Estado com relação aos povos indígenas. No final de semana, depois de uma situação de bastante conflito, o governador soltou uma nota na sua rede social falando sobre a importância de separar... Eu vou fazer aqui a leitura do texto que ele apresentou, porque acho que precisamos realmente fazer uma discussão sobre essa fala, uma análise do discurso do governador. Ele disse que é importante separar esses grupos da imensa maioria das comunidades indígenas atendidas diariamente por políticas públicas efetivas com fortalecimento da cultura, resolução de décadas de falta de água em Dourados, atendimento de demandas de segurança e educação, garantias de direito e dignidade e busca de soluções que garantam a paz no campo. Esse texto seria cômico se não fosse trágico. Eu tento entender em que mundo está o governador, em que estado ele está e quais são as políticas, porque essas não são as políticas do Estado de Mato Grosso do Sul. Quero questionar quando ele diz que as comunidades são atendidas por políticas públicas efetivas com fortalecimento da cultura. Vamos por parte. Pois bem, nós temos em Dourados um grupo de hip hop chamado Bros Mc, que tem conseguido destaque internacional e o mundo inteiro tem conhecido as lutas dos povos Guarani Kaiowá do Estado de Mato Grosso do Sul através da arte, da cultura desse grupo de rap que tem

ganhado palco internacional. Inclusive, no ano passado, o grupo esteve em Miami, no Grammy, fazendo uma apresentação para um grupo de trezentos líderes internacionais, líderes políticos, no G20, também participaram da abertura do show do Alok. Enfim, eles vêm ganhando o mundo, apresentando a sua cultura, e isso tudo sem recurso, sem apoio da política de cultura do Estado. É interessante que no ano passado, depois de fazer uma grande turnê internacional e nacional, eles chegaram em Dourados e se depararam com um bloqueio em que os indígenas lutavam por água... E o governador diz que resolveu o problema da água, em Dourados, diz que fortalece a cultura... O que me chama a atenção é que na cultura a gente já sabe que não há qualquer investimento. O grupo cultural foi parado numa barreira de policiais que atacaram os indígenas que lutavam por água, se deparou com essa situação justamente no dia que chegou em Dourados, depois de se apresentar numa turnê sem apoio cultural. Só que não parou por aí. O grupo também foi chamado para participar do Campão Cultural, aqui em Campo Grande, e segundo informações que nós recebemos do pessoal que estava acompanhando o grupo, havia água no camarim de todos os artistas, havia alimento, ou seja, um cuidado com os artistas, mas no grupo dos povos indígenas dos Bros Mc não tinha água. Olha que interessante. Os outros artistas chegavam lá no camarim e falavam que parecia até que estavam na aldeia, porque não tinha água para os indígenas. Eles solicitaram água, e sabem como chegou? Num baldinho desses que limpa casa, esses baldinhos que a gente tem em casa, foi assim que eles foram atendidos com água no show do Campão Cultural. Esse é o atendimento que o Governo do Estado dá aos povos indígenas. Então, quando o governador fala do fortalecimento da cultura, eu gostaria de saber que estado é esse, que cultura é essa e que povos indígenas são esses que o governador está atendendo? Porque os indígenas do povo Guarani-Kaiowá a gente sabe que não são. E aí ele fala que resolveu o problema da falta de água em Dourados. Os senhores devem se lembrar que depois que ele construiu um poço, uma caixa d'água caiu, e as informações que nós temos é que ela continua no chão, ou seja, os povos indígenas continuam lutando por água, mais uma vez não tem água nas aldeias. Então, o governador não atendeu à demanda dos povos indígenas, não atendeu com dignidade a luta de um povo que pede por água. Mas não para aí, ele também diz que tem demandas de atendimento à segurança... Eu convido os senhores a fazerem uma visita às aldeias para perguntar como é o clima de segurança dentro desses territórios. Eu convido os senhores a visitarem os povos indígenas, e não só os povos indígenas, a irem às periferias das nossas cidades, para conversar e perguntar como anda a segurança pública deste estado. A segurança pública do estado mais assusta do que protege, visto que com relação aos povos indígenas, os ataques nos conflitos agrários neste momento são do próprio Estado. Nós temos um povo que teve o seu território roubado, no Estado do Mato Grosso do Sul; esse território foi legitimado pelo Estado, nós temos um Estado que violou os direitos dos povos indígenas e neste momento, quando eles lutam para recuperar o seu território, a resposta do Governo é bomba e bala. Quando os povos indígenas lutam por água, a resposta é bomba e bala. Os integrantes do Grupo Bros Mc também levaram bomba e bala ao chegarem da sua turnê em Dourados, eles também foram atingidos pelos



ataques da segurança pública de Dourados. Então, fala-se que o governador garante a paz no campo, mas os últimos ataques vêm exatamente da segurança pública. Eu acho que o governador talvez não esteja compreendendo o papel dele dentro desse processo, ou talvez ele não esteja dentro do Estado de Mato Grosso do Sul realmente; eu não sei que estado ele governa já que ele fala sobre as políticas que vem oferecendo aqui no Estado de Mato Grosso do Sul para os povos indígenas. Eu poderia aqui falar de saúde, de educação, da ausência de concurso público nas escolas, da valorização da cultura regional, de todas as culturas dentro das escolas, poderia falar de um monte de outras questões, mas o que eu quero dizer também é que a situação dos conflitos agrários aqui no estado são bastante delicados e precisam imediatamente de soluções. O Governo do Estado precisa sair do ataque, para que a gente possa entrar numa situação de negociação. Hoje, está presente aqui no Mato Grosso do Sul, em Dourados, uma equipe do Governo Federal visitando os territórios indígenas, dialogando com todas as comunidades, com todos os entes federados, municipais, estaduais, para poder encontrar uma solução. Eu espero que o Governo do Estado tenha a dignidade de atender os povos indígenas da maneira como eles merecem e que pare de achar que o que ele está fazendo é o suficiente. O Governo do Estado, não trata os povos indígenas com dignidade. Ele está tratando de forma indigna, desvalorizando e colocando em risco a vida da população, em especial nos atos que aconteceram em Caarapó, onde estive ouvindo a comunidade, as crianças, as mães, e eles nos relataram que tiveram suas panelas, comidas e os seus barracinhos enterrados. Foram cavados buracos e enterrados o alimento que eles tinham para comer, e como se isso não fosse suficiente, as crianças choravam porque enterraram dois cachorros vivos. É nesse processo, é com esse grau de crueldade que a população indígena está vivendo nesses territórios de conflito, nos ataques da organização do Estado. Então, eu peço para que o Governo do Estado tenha sensibilidade e que os seus discursos que estão cheio de inverdades não sejam propagados sem que sejam desmentidos. A população indígena não está segura neste momento em nenhum território, nem nas aldeias. Tudo que o governador disse nessa nota não condiz com a realidade dos territórios. É necessário seriedade na política de atendimento aos povos indígenas, até porque, ano que vem é ano de eleição e ele vai lá pedir voto de novo, como pediu na eleição passada, fazendo promessas, mas a resposta até agora foi bomba e bala. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Antes, eu quero registrar que na semana passada, estive em Anastácio participando do "Balaio Cultural", e nesse evento tivemos uma homenagem, inclusive aprovada aqui na Assembleia, para o Instituto Ressoarte, com a Orquestra Indígena Terena Teko Arandú, que se apresentou em programas nacionais e ganhou um prêmio no Criança Esperança. Com a palavra, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, venho aqui hoje, neste dia dos servidores, com muita

resignação e muita tristeza. Fiquei até o último minuto da Sessão para que não pudesse deixar passar em branco e para que pudéssemos abrir a página dos escândalos que estão sendo colocados debaixo do tapete na Cassems, na Caixa de Assistência dos Servidores Públicos do Estado. É tão escandaloso o que vamos tratar que acho que este dia deveria ser um marco nesta Casa, com a assinatura de todos os parlamentares, não apenas oito assinaturas, mas da maioria dos parlamentares ou da unanimidade. O deputado Pedro Kemp saiu agora e me pediu: “Se tiver um fato determinado, assinarei a CPI da Cassems”. Temos aqui, deputado Pedro Kemp, se Vossa Excelência quiser acompanhar o nosso discurso, vai avaliar. Quero anunciar um fato chocante é todos os servidores. O “Alibayache” que se instalou na Cassems está vendendo todas as unidades, ou as quais já conseguiu, escriturando no cartório do seu irmão, outro cartório Ayache. Quando nós analisamos a documentação, quando nos debruçamos, ficamos estarecidos com o tamanho dos desvios e dos atos institucionalizados de lesão ao patrimônio dos servidores públicos. Vendeu-se, senhor presidente, senhor vice-presidente, a unidade da Cassems em frente ao Yoted, na Rua Antônio Maria Coelho, uma operação de gestão extraordinária ao inverso, se não fosse uma falta de inteligência ou recebimento de vantagem indevida. Levanta-se da matrícula uma hipoteca existente sobre esse móvel de trinta milhões de reais, e qualquer um que acompanha as normativas do Banco Central, sabe que você não recebe 100% da hipoteca. Então, se são trinta milhões, pelo menos houve uma avaliação do banco concedente de uns quarenta e três milhões de reais naquele imóvel. Mas o grande corretor particular do senhor Ricardo Ayache, aquele que compra e vende os imóveis oficiais, extraoficiais, e aqueles que plantam nos laranjais, esse senhor, esse corretor teve uma ideia genial: avaliar o imóvel em trinta e três milhões de reais e vendê-lo a um investidor por vinte e quatro milhões de reais. Agora, é muito interessante analisar que há uma proposta que vinculou esses vinte e quatro milhões a um contrato de aluguel de dez anos, assim como no caso da Suda que nós denunciemos, que agora é Viventeres, que o presidente fazia contrato além do seu mandato, de dez, quinze anos. Você que vai fazer um contrato de aluguel na sua casa, você faz um contrato de dez, de quinze anos? É isso que eles estão fazendo em seu nome. Então percebiam, o investidor desse grande projeto extraordinário e de grande inteligência do presidente da Cassems, faz um aporte, tira uma hipoteca que já estava praticamente quitada, de trinta milhões, e faz o pagamento antecipado dela com a compra do imóvel. E hoje passou a ser dona da Cassems, da sede administrativa, a Caiobá Motos, eu não sei como que uma empresa que ganhou notoriedade vendendo motos, adquiriu um prédio da Cassems dentro de uma proposta, colegas e amigos servidores, em que estabeleceu-se o pagamento mensal de duzentos e quatro mil reais todos os meses, em dez anos no mínimo. Vejam que esse senhor que tem a sua empresa bem sucedida, dá o crédito, contrata uma operação e o aluguel acaba pagando para ele adquirir o prédio, o imóvel da Cassems, em desfavor do servidor, dilapidando um patrimônio do servidor a título de receber a garantia de que em dez anos estará alugado, corrigido com o índice de 4% todos os anos reajustados. A segurança daquele que faz essa operação é tamanha que coloca como documento oficial na matrícula do imóvel da Cassems. Agora, se vocês quiserem se chocar,

o pior não está por aí, porque esses vinte e quatro milhões que estão vinculados, o Direito Civil nos ensina que a proposta vincula à obrigação principal, ou seja, o comprador aceita pagar vinte e quatro milhões e lá dentro do cartório do irmão do presidente, mesmo tendo a garantia que o comprador ia pagar vinte e quatro milhões, misteriosamente desaparece um milhão de reais e a transação é feita por vinte e três milhões de reais. E por que isso foi feito, se já havia sido aceito? É porque alguém, algum corretor que saiu por aí comprando Dodge Ram, decidiu, em conluio com outras pessoas, que a CPI vai mostrar quem, exigir desse senhor que nós estamos apresentando um requerimento para que ele venha falar aqui na Assembleia, na tribuna, que sacasse um milhão de reais. Isso tudo está registrado com dia, horário, em qual agência. Um oásis, uma situação que vou falar para vocês, Ali Babá teria ficado muito pequeno. E sabe por que eu estou falando isso? Porque o *modus operandi* dessa empresa de moto que agora consorcia a Cassems, contraiu, realizou, registrou, transferiu a propriedade de um imóvel dos servidores públicos do Estado, sem nenhuma assembleia, sem discutir com ninguém. Onde já se viu uma instituição que fatura 1.4 bi precisar vender, subfaturado, lesionando os cofres daquela entidade, um imóvel que foi adquirido com recurso do servidor, para que o servidor pagasse aluguel? E quando nós olhamos no balancete publicado pela própria Cassems, tudo que esse corretor particular da Cassems vem fazendo se confirma. Está aqui o pagamento de aluguel de 2023 para 2024, de cinco milhões. Então, a Cassems passou a pagar onze milhões quatrocentos e sessenta mil por ano, para ela própria, de um imóvel próprio, e aí quer dizer que essa diretoria vai abrir um banco? Para quê? Para a gente ver a história do Bamerindus, para a gente ver o Ali Babá entrar dentro do banco e colocar os quarenta ladrões na diretoria, assaltando o servidor público? E mais, essa mesma empresa gostou tanto dessa aquisição que foi para Três Lagoas e repetiu o mesmo *modus operandi*, mas dessa vez a boca e a sede que tinha no deserto e no oásis do Ali Babá ou "Alibayachi" era tão grande que queria se alimentar não vinculando a proposta de compra do hospital, mas da unidade de Três Lagoas, de vinte e cinco milhões, passando no cartório para vinte e três e desaparecendo num buraco negro mais dois milhões do mesmo *modus operandi*, mas aí a proposta era de quinze anos. Veja que no percentual do aluguel existe um índice, senhor presidente, chamado FipeZAP São Paulo, que tem os melhores imóveis comerciais do Brasil, e o rendimento é de 0,5%, em média. Mas nesse contrato, o investidor garante dez anos de recebimento com 4% atualizado todos os anos, mais o índice de atualização monetária em três, quatro anos, compra-se o próprio prédio e fica vinculado no índice de aproximadamente 0,85% ou 0,89%, chegando a 1% ao mês, quando computa-se a atualização que acumula e varia de um ano para outro. Então, eu quero anunciar que nós estamos propondo, nesta Casa, a CPI, já está assinado com fato mais do que certo e determinado, pois temos todos os corretores, temos o banco, temos a unidade onde foram feitos esses saques, temos as operações registradas, os documentos, as propostas, as mensagens trocadas diretamente pelo corretor, para que nós possamos neste Dia do Servidor Público trazer luz sobre toda essa mancha de desvio que está manchando o nome de uma instituição séria que é dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul. Então, senhor presidente, anuncio que nós estamos

propondo ainda esta semana e fica um alerta àquele que está logrando o servidor público: nós estamos propondo uma ação popular para anular esses contratos fajutos de venda acumulada com colocação, que sequer poderiam ter sido feito em desfavor dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul. Um requerimento de representação por improbidade administrativa. Fica um alerta: terá que pagar vinte e quatro vezes a lesão ao erário e o senhor investidor tem patrimônio para isso. Através de um requerimento, nesta Casa, nós queremos ouvir essas pessoas que participaram dessa maracutaia contra os servidores públicos do meu estado. Eu não aceito e deixo à disposição de todos aqueles que sabem da pilantragem, essa vagabundagem que tem acontecido, com o perdão das palavras, e já retiro, senhor presidente, contra os servidores públicos do estado. Eu não aceitarei, custe o que custar, esse 28 de outubro inaugurará a CPI da Cassems e limpará a sujeira que tem acontecido lá dentro. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (12h03min).